

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.507 - MS (2018/0226995-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : RODRIGO BATISTA ESTEVES
ADVOGADO : THIAGO ANDRADE SIRAHATA - MS016403
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão por mim proferida, na qual neguei provimento ao recurso especial, mantendo-se a pronúncia do agravante por incurso nos artigos 121, § 2º, IV c/c art. 14, c/c art. 18, I, segunda hipótese, todos do CP (homicídio tentado em dolo eventual em acidente de trânsito), e art. 305, da Lei n. 9.503/97, todos na forma do art. 69, do CP (fls. 806/814).

Defende, em síntese, a prescindibilidade de reexame de provas dos autos, inclusive quanto ao pleito de exclusão da qualificadora contida na decisão de pronúncia, pois incabível em sede de dolo eventual, sendo caso de reavaliação da prova

Afirma que houve a correta demonstração de divergência jurisprudencial, bem como a inexistência de provas da ciência do ora agravante sobre a situação da vítima, presa ao pára-choque de seu carro, se adequando sua conduta delitiva às regras do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja, aplicando-se o princípio da Especialidade, por se tratar de conflito aparente de normas.

Requer a reconsideração do *decisum* ou a reforma pelo colegiado, a fim de prover o apelo nobre nos termos requeridos (fls. 817/830).

É o relatório.

O recurso prospera, em parte.

Reitero, conforme consta na decisão agravada e nos termos de firme entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, que o pleito de desclassificação da conduta delitiva demanda revolvimento fático-probatório, incidindo o óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Cito os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM
RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DECORRENTE DE
ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRONÚNCIA. PEDIDO DE
DESCLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO.**

ELEMENTO SUBJETIVO. SÚMULA 7/STJ. ARTS. 121 DO CP E 306 DA LEI N. 9.503/97. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. CRIMES AUTÔNOMOS. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O pedido de desclassificação da conduta para homicídio culposo sob o argumento de que o dolo eventual não ficou comprovado, não prescinde do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se admite na via do recurso especial. Incidência do Enunciado n. 7/STJ.

2. [...]

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1345101, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/06/2019).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRONÚNCIA POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONDUTA CULPOSA. REEXAME DE FATOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Para se afirmar o equívoco do acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, impositivo seria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe o verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 418668,, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/03/2015).

Quanto à alegada demonstração correta da divergência jurisprudencial, verifico que além da mera transcrição das ementas dos acórdãos, há julgado em sede de *habeas corpus* (RHC 13779, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, DJ 19/141/2007, p. 291, às fls. 555/556), o que inviabiliza o conhecimento do apelo nobre pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da CF. Vejam-se os seguintes precedentes:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL APRESENTADO DE FORMA DEFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. [...]

3. Dissídio jurisprudencial apresentado de forma deficiente. O recurso fundado na alínea "c" do permissivo constitucional

pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência, sendo necessária a transcrição dos trechos que configuram o dissenso, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados, nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente.

4. Ademais, a jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que não se admite como paradigma para comprovar eventual dissídio, acórdão proferido em habeas corpus, mandado de segurança, recurso ordinário em habeas corpus, recurso ordinário em mandado de segurança e conflito de competência.

5. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 830977, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO ATIVA. ART. 333, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. ÉDITO CONDENATÓRIO CONFIRMADO PELO TRIBUNAL LOCAL. PREJUDICIALIDADE DE OFENSA AO ART. 41, CONJUGADA À DICÇÃO DO ART. 386, INCISO III, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. JULGADOS PARADIGMAS ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL RECORRIDO E PROFERIDOS EM HABEAS CORPUS. NÃO CABIMENTO. EXEGESE DA SÚMULA N.º 13/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. [...]

2. Quanto à interposição do apelo raro com base na alínea c, tal intento não merece cognição, porque a demonstração do dissídio jurisprudencial não se contenta com meras transcrições de ementas, sendo indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame de eventual identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo Dissidente no caso vertente. [...]

4. Não se presta, para fins de demonstração do dissídio pretoriano, acórdãos oriundos do julgamento de habeas corpus, ação constitucional autônoma de impugnação e contornos processuais específicos.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1435218, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 03/09/2019).

No entanto, quanto à alegação de incompatibilidade entre o dolo eventual e a qualificadora constante na pronúncia, melhor sorte assiste ao agravante, pois, nesta Corte Superior prevalece o entendimento de não ser possível tal incidência. Cito o seguinte

precedente:

RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ERRO NA EXECUÇÃO. DOLO EVENTUAL. INDÍCIOS MÍNIMOS. SUBMISSÃO AO CONSELHO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. QUALIFICADORAS. MOTIVO FÚTIL. JUÍZO DE VALOR ACERCA DA MOTIVAÇÃO. COMPETÊNCIA DOS JURADOS. RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. QUESTÃO FÁTICA CONTROVERSA. DECOTE DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE COM O DOLO EVENTUAL. PERIGO COMUM. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Esta Corte Superior de Justiça possui a compreensão de que é possível a configuração do dolo eventual na conduta de agente que realiza disparos de arma de fogo em via pública movimentada, pois é crível que ele possuía condições de prever e consentir com a possibilidade de atingir fatalmente pessoas diversas daquela contra quem despejava a sua fúria. 2. Verificando-se que a moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias pode configurar, em tese, hipótese de dolo eventual, não é possível subtrair a imputação de tentativa de homicídio doloso supostamente praticado pelo Recorrido contra a vítima Cassiane Rutiele de Farias do exame pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.

3. Compete apenas ao Conselho de Sentença realizar juízo valorativo acerca da banalidade ou da gravidade da motivação dos crimes imputados, devendo a pronúncia limitar-se a aferir a existência de elementos mínimos nos autos aptos a sustentar objetivamente a tese acusatória, o que se verifica efetivamente presente no caso em apreço.

4. A jurisprudência desta Corte Superior entende não ser incompatível a qualificadora do motivo fútil com o dolo eventual, pois o dolo do agente, direto ou indireto, não se confunde com o motivo que ensejou a conduta capaz de colocar em risco a vida da vítima.

5. Havendo minimamente a possibilidade de a vítima haver sido surpreendida com a conduta do Acusado, é necessário submeter esta tese fática ao Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, que é a instância competente para aferir se a circunstância narrada na denúncia dificultou ou não a defesa da vítima Pablo Portes da Silva.

6. Conforme o entendimento que prevalece nesta Corte Superior, o elemento surpresa capaz de dificultar a defesa da vítima é próprio do dolo direto, não sendo compatível com o dolo eventual, pois neste o resultado morte não é diretamente desejado pelo agente.

7. A Corte de origem ressaltou haver diversos elementos, nos autos, que sustentam a acusação de que os disparos foram efetuados

Superior Tribunal de Justiça

em via pública com grande circulação de pessoas, razão pela qual deve ser mantida a incidência da qualificadora referente ao perigo comum.

8. Recurso especial parcialmente provido para restabelecer a pronúncia do Recorrido como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II, III e IV, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal (vítima Pablo Fortes da Silva) e como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e III, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal (vítima Cassiane Rutiele de Farias).

(REsp 1779570/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 27/08/2019)

Ante o exposto, dou provimento do agravo regimental, para reconsiderar, em parte, a decisão anterior e determinar a exclusão da qualificadora contida no inciso IV do § 2º do art. 121 do Código Penal, da decisão de pronúncia.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator